

Pág. 1 de 1

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Financeira e Fundos Comunitários

Responsável pela Implementação do PPR: Ana Maria Moura dos Santos

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Aprovisionamento - Aquisição de bens e serviços	Recurso excessivo ao ajuste direto com convite a uma entidade	Média	Alto	Elevado	Adoção preferencial de procedimentos como consulta prévia e concurso público. No recurso a ajustes diretos, devem ser consultadas informalmente 3 entidades e as situações de exceção devem ser fundamentadas de acordo com o Despacho do Sr. Presidente
	Convite a entidades que tenham excedido os limites definidos no artigo 113º do CCP	Média	Alto	Elevado	Sistema informático integrado com alertas
	Interesse direto na contratação em causa por parte dos intervenientes que avaliam e propõem a adjudicação	Média	Alto	Elevado	Obrigatoriedade de apresentação de declaração de idoneidade/ interesses dos signatários
	Fracionamento da despesa	Média	Alto	Elevado	Comunicação, até 15 de janeiro de cada ano, da previsão das necessidades anuais de contratação de bens e/ou serviços
Armazéns - Gestão de Stocks	Acesso indevido aos materiais de armazém	Alta	Alto	Máximo	Controlo de acessos às Áreas de armazenamento
	Aquisição de excedentes ou falha de fornecimento	Alta	Alto	Máximo	Recurso ao fornecimento contínuo como regra de aprovisionamento Levantamento de necessidades e planeamento das aquisições em articulação com os serviços requisitantes
Contabilidade - Procedimento de Receita	Acumulação indevida de valores em aberto na conta bancária por falta de faturação pelos serviços emissores de receita	Média	Alto	Elevado	Reconciliação bancária mensal
	Desconhecimento dos critérios de aplicação do IVA na faturação	Média	Alto	Elevado	Conferência regular da receita Melhorar a informação disponibilizada no Regulamento de Taxas e Outras Receitas, quanto ao enquadramento em sede de IVA
Contabilidade - Procedimentos de Despesa	Não utilização das contas de compromissos futuros	Média	Alto	Elevado	Controlo e conferência aleatória mensal, da classificação e cabimentação da despesa e da segregação de funções
	Assunção de compromissos superiores ao montante dos fundos disponíveis	Média	Alto	Elevado	
	Assunção de compromissos plurianuais sem prévia autorização da Assembleia Municipal	Média	Alto	Elevado	Registo no sistema informático dos compromissos plurianuais, fundamentado documentalmente
	Pagamentos sem confirmação de não dívida à Segurança Social e Finanças	Média	Alto	Elevado	Validação automática pelo sistema informático da data das declarações de não dívida
	Realização de Despesa sem cabimento e/ou compromisso prévio	Média	Alto	Elevado	Sensibilização para o cumprimento dos normativos legais
	Não entrega atempada dos valores retidos em pagamentos	Média	Alto	Elevado	Conferência mensal das entidades e prazos de entrega das retenções
Tesouraria - Arrecadação e cobrança de receitas e pagamento de despesas	Desvio ou apropriação indevida de fundos	Média	Alto	Elevado	Realização do Balanço à Tesouraria, sem pré-aviso, por terceiros
	Inexistência de controlo da receita cobrada por entidades distintas do tesoureiro	Média	Alto	Elevado	Restrição de acesso à Tesouraria
					Entrega diária da receita cobrada, juntamente com a correspondente guia de receita/ fatura e os documentos comprovativos para conferência na Tesouraria
Gestão Financeira - Reporte e divulgação de informação a entidades externas	Alteração de informação depois de prestada	Alta	Alto	Máximo	Numeração sequencial das guias/ faturas da receita arrecadada e controlo das guias/ faturas anuladas
	Erro ou omissão no registo de bens	Média	Alto	Elevado	Existência de fecho mensal contabilístico para estabilização dos dados
	Divergências entre os registos contabilísticos do património imóvel e os registos existentes na Autoridade Tributária e Conservatória do Registo Predial	Média	Alto	Elevado	Verificação aleatória, trimestral, dos documentos de suporte ao registo dos bens
Inventário - Registo de bens	Desatualização das fichas dos bens por deficiente comunicação de abate e transferência de bens	Média	Alto	Elevado	Verificação periódica dos registos nas entidades externas
	Incumprimento das condições contratuais Deficiente participação de acidentes	Média	Alto	Elevado	Cumprimento do Regulamento do Inventário
Inventário - Contratos de seguros	Erros/omissões e falta de coerência na definição de taxas a cobrar	Média	Alto	Elevado	Aplicação do Processo_001 (Gestão de Controlo de Seguros)
Taxas e Licenças - Liquidação de impostos, taxas e outras receitas municipais que não estejam a cargo de		Média	Alto	Elevado	Elaboração de IT explicativas das regras de liquidação e notificação

[illegible]

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: DITIC - Departamento de Inovação e Tecnologias de Informação e Comunicação

Responsável pela Implementação do PPR: Rui Filipe Gonçalves Sousa Lopes Pereira

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Gestão e divulgação da informação e imagem do Município	Escolha dos canais de comunicação disponíveis, discricionariamente	Média	Alto	Elevado	Definição/elaboração de critérios ou normas objetivas para a publicação de publicidade institucional nos media
	Imparcialidade na subcontratação de serviços	Média	Alto	Elevado	Exigência que, nas situações de incompatibilidade, seja expressa declaração de impedimento, fundamentadamente e sob a forma escrita, no processo em causa
Segurança Informática	Capacidade de resposta a ciberataques	Alta	Alto	Máximo	Implementação e certificação do SGSI
	Perdas de segurança nas redes internas, com ou sem fios, para acessos não autorizados	Média	Alto	Elevado	Formação da Equipa de TI
					Definição de ACL's - Lista de controlo de acessos
	Manutenção de Base de Dados e outros sistemas de informação - Divulgação indevida de informação a terceiros	Média	Alto	Elevado	Implementação de controlos de acessos
					Elaboração de checklist de verificação periódica aos sistemas de informação do Município, tendo em vista assegurar a segurança da informação.
	Utilização de Software não licenciado	Média	Alto	Elevado	Subscrição e cumprimento do SGSI.
					Ter presente o compromisso de sigilo profissional.
	Acesso e divulgação indevida de conteúdos	Média	Alto	Elevado	O envio/partilha de informação, quando necessário, deverá ser efetuado por canal seguro, encriptado ou protegido por palavra-passe.
Gestão de Utilizadores	Sistema de permissões, controlo e acessos aos sistemas	Média	Alto	Elevado	Elaboração de lista identificando o software licenciado;
					Implementação de controlos impeditivos à execução/instalação de software por parte dos colaboradores;
					Definição de uma conta de acesso
					Criação de norma de controlo
					Implementação de registo de logs e alarmística
					Implementação de procedimentos de renovação periódica de passwords
					Controlo dos acessos aos sistemas críticos da infraestrutura, nomeadamente sistema de ficheiros, acessos remotos (remote app's, vpn, mobile app's, etc)
					Ativação dos registos de atividade (logs) de todos os sistemas e aplicações que dispuserem deste mecanismo
Gestão da Qualidade	Conflito de interesses na subcontratação de serviços de auditoria	Média	Alto	Elevado	Pedidos de criação de novos utilizadores, alterações, respetivas permissões e cancelamento de contas deverão ser efetuados por escritos apenas pelos superiores hierárquicos
	Não cumprimento dos princípios deontológicos da prática da atividade de auditoria	Média	Alto	Elevado	Confrontar periodicamente as permissões atribuídas com os pedidos formalizados pelos superiores hierárquicos
	Tratamento diferenciado de situações idênticas no âmbito da Gestão de Reclamações	Média	Alto	Elevado	Exigência de que, nas situações de incompatibilidade ou impedimento, seja expressa declaração fundamentada, sob a forma escrita, no processo em causa
	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Média	Alto	Elevado	Cumprimento do Procedimento da Qualidade aplicável
RGPD	Incumprimento do Regulamento Geral de Proteção de dados	Média	Alto	Elevado	Cumprimento do Procedimento da Qualidade aplicável
Gestão de procedimentos	Incumprimento no acompanhamento e execução do contrato	Média	Alto	Elevado	Garantir a monitorização do PPR de acordo com a legislação em vigor e as orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção
					Implementação e monitorização dos mecanismos de controlo implementados no âmbito do RGPD
					Registo de evidências do cumprimento contratual

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: DJARH – Departamento Jurídico, Apoio a Municípios e Recursos Humanos

Responsável pela Implementação do PPR: José Amadeu Guedes Paiva

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Pareceres Jurídicos	Conflito de interesses, incompatibilidades ou impedimentos	Média	Alto	Elevado	Exigência de que nas situações de incompatibilidade ou impedimento, seja expressa declaração fundamentada, sob a forma escrita, no processo em causa
Processos de contraordenação	Ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes				Implementação de um procedimento definindo regras e critérios para elaboração de pareceres e relatórios
	Ocorrência de situações de favorecimento				Elaboração de listas de pendência de processos
	Acumulação ilegal de funções públicas com funções privadas				Realização de auditorias semestrais aleatórias a processos
Processos de Execução Fiscal	Utilização indevida de informação sigilosa				Elaboração trimestral de listas de pendências de Processos de Contraordenação, Processos/Pareceres em SGD e Outlook e Processos de Execução Fiscal.
Apoio aos Órgãos da Autarquia	Disponibilização não atempada da documentação relativa às reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal	Média	Alto	Elevado	Cumprimento dos Regimentos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal
	Desconformidades no conteúdo das atas de reunião	Média	Alto	Elevado	
Atendimento Geral	Conflito de interesses, incompatibilidades ou impedimentos	Média	Alto	Elevado	Exigência de que, nas situações de incompatibilidade, seja expressa declaração de impedimento, fundamentada e sob a forma escrita, no processo em causa
	Tratamento diferenciado de situações idênticas	Média	Alto	Elevado	Monitorização das reclamações e da avaliação de satisfação dos munícipes
	Liquidação incorreta de taxas e preços	Média	Alto	Elevado	Sensibilização/ responsabilização dos colaboradores
Registo e arquivo de correspondência	Registo e arquivo de correspondência Erro nos registos	Média	Alto	Elevado	Verificação por amostragem da aplicação do procedimento definido para registo de correspondência
Atualização de processos individuais	Divulgação indevida de elementos/dados sigilosos constantes nos processos individuais	Média	Alto	Elevado	Criação de uma norma interna que defina a responsabilidade de cada trabalhador no acesso à informação
Remunerações, abonos, ajudas de custo, trabalho suplementar	Erros de lançamento no SGP Pagamentos indevidos	Média	Alto	Elevado	Verificação mensal por amostragem dos processamentos realizados
Assiduidade e pontualidade	Erros no lançamento de faltas e na atribuição dos dias de férias dos trabalhadores	Média	Alto	Elevado	Verificação mensal por amostragem dos lançamentos de faltas bem como das férias propostas nos Mapas de Férias
Instrução e informação de pedidos de acumulação de funções	Conflito de interesses, incompatibilidades ou impedimentos	Média	Alto	Elevado	Cumprimento do despacho de acumulação de funções - Declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos, escusa e acumulação de funções - CMV.00.081.B
	Ocorrência de situações de favorecimento	Média	Alto	Elevado	Divulgação externa das acumulações de funções aprovadas
Formação profissional	Ausência ou incorreto levantamento das necessidades de formação	Média	Alto	Elevado	Elaboração do Plano de Formação e do Relatório de Formação e análise dos indicadores de desempenho
Recrutamento e seleção	Conflito de interesses	Média	Alto	Elevado	Exigência de que, nas situações de incompatibilidade, seja expressa declaração de impedimento, fundamentada e sob a forma escrita, no processo em causa.
	Favorecimento indevido de candidatos	Média	Alto	Elevado	Verificação, em cada uma das fases do procedimento do cumprimento das normas legais aplicáveis, através de uma check list.
SIADAP	Avaliação inadequada ou inexistente conduzindo a desigualdades entre trabalhadores/as	Média	Alto	Elevado	Acompanhamento contínuo do processo pela DRH e publicação das atas do CCA no site do município
Processos de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e medicina no	Divulgação indevida de elementos/dados sigilosos no âmbito da atividade	Média	Alto	Elevado	Criação de uma norma interna que defina a responsabilidade de cada trabalhador no acesso à informação

[illegible]

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: DJDEIS – Departamento de Juventude, Desporto, Educação e Intervenção Social

Responsável pela Implementação do PPR: Torcato Fernando Carvalho Ferreira

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Juventude	Irregularidades na gestão do Orçamento Participativo Jovem e OP Eu Conto!	Média	Alto	Elevado	Monitorização dos Regulamentos aplicáveis, criando regras bem definidas e objetivas para apreciação das candidaturas
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios	Média	Alto	Elevado	Existência de regulamento e/ou outros normativos que definem os critérios de elegibilidade/exigibilidade. Estabelecimento de um Plano Municipal da Juventude.
Desporto Gestão de Instalações Desportivas e Atribuição de Apoio financeiros para o desenvolvimento do Desporto local	Inexistência de mecanismos de controlo de entrega de valores nas tesourarias das Instalações Desportivas	Média	Alto	Elevado	Instalação de meios informáticos de gestão de bilheteiras, ligadas em rede ao Servidor do município e criação de uma ficha de entrega e conferência de valores, a qual deverá ser rubricada por quem entrega e recebe a quantia
	Fecho das Instalações Desportivas pelas colaboradoras no período da noite	Média	Alto	Elevado	Criação da ficha de entrega e conferência de valores
	Favorecimento no processo de atribuição de apoios financeiros diretos ou indiretos	Média	Alto	Elevado	Verificação do cumprimento da norma controlo interno
Educação - Gestão da Rede Escolar	Deficiente definição de prioridades ao nível das aquisições de equipamento e mobiliário	Média	Alto	Elevado	Planeamento de intervenções e aquisições
	Anulação de dívida de municípios pelo uso dos serviços de educação sem fundamento legal	Média	Alto	Elevado	Validação por amostragem da faturação emitida
	Não cumprimento dos critérios de acesso aos serviços	Média	Alto	Elevado	Cumprimento dos Regulamentos em vigor; ações de verificação aleatórias
	Erros na análise de processos para atribuição de Ação Social Escolar	Média	Alto	Elevado	Cumprimento dos Regulamentos em vigor; ações de verificação aleatórias
Educação - Intervenção Educativa	Imparcialidade nos procedimentos de aquisição de bens ou serviços	Média	Alto	Elevado	Exigência que, nas situações de incompatibilidade, seja expressa declaração de impedimento, fundamentadamente e sob a forma escrita, no processo em causa
	Imparcialidade na atribuição das Bolsas de Estudo e Prémios de Mérito	Média	Alto	Elevado	Cumprimento dos Regulamentos em vigor; ações de verificação aleatórias
Ação Social Habitação Social, Fundo de Emergência Social, AAAF's	Aplicação e avaliações socioeconómicas indevidas dos Regulamentos Municipais de atribuição de Habitação Social Fundo de Emergência Social e Atividades de Animação e de Apoio à Família	Média	Alto	Elevado	Realização de ações de verificação aleatórias, por parte do chefe de Divisão a processos submetidos a aprovação, mediante o preenchimento de checklist
Ação Social Habitação Social, Fundo de Emergência Social	Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de apoios sociais	Média	Alto	Elevado	Declaração de inexistência de interesses. Nos casos de incompatibilidade, exigência da entrega da respetiva declaração de impedimento, que deverá ser expressa e sob a forma escrita, apenas ao processo em causa
Ação Social Implementação de Projetos no âmbito das Candidaturas	Favorecimento/ parcialidade na contratação de bens ou serviços	Média	Alto	Elevado	As propostas de adjudicação deverão ser sujeitas ao regime de contratação pública, sendo necessário, para o efeito, anexados diferentes orçamentos para um mesmo serviço/bem, ou declaração de exclusividade, ou apresentação que fundamente que a especificidade do serviço/bem obriga a que a adjudicação só possa ser feita a determinada empresa/agente/autor.
Ação Social Casa de Acolhimento de Emergência	Favorecimento/ parcialidade na contratação de bens ou serviços	Média	Alto	Elevado	À proposta de adjudicação deverão ser anexados diferentes orçamentos para um mesmo serviço/bem, ou declaração de exclusividade, ou apresentação que fundamente que a especificidade do serviço/bem obriga a que a adjudicação só possa ser feita a determinada empresa/agente/autor.
Saúde	Discrecionalidade dos critérios de priorização das necessidades identificadas e dos parceiros	Média	Alto	Elevado	Definição de critérios, pluralidade de decisores, registo e fundamentação das necessidades
	Favorecimento no processo de implementação de projetos	Média	Alto	Elevado	Definição de critérios, pluralidade de decisores, registo e fundamentação das necessidades

Pág. 2 de 2

[illegible]

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: Departamento de Obras, Projetos e Mobilidade

Responsável pela Implementação do PPR: Paula Cristina Pereira Marques

[illegible]

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas
Unidade Orgânica: Departamento de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente
Responsável pela Implementação do PPR: António Manuel Leite Ramalho

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Edificação e Urbanização Pedidos de informação prévia e de instalação de estabelecimentos abrangidos por legislação específica Informações e pareceres sobre operações urbanísticas no âmbito do RJUE e outros regimes jurídicos cujo objeto integra o âmbito de atribuições e competências da unidade orgânica	Existência de conflitos de interesses ou impedimentos, em virtude de acumulação de funções privadas não autorizadas ou a não declaração do impedimento	Média	Alto	Elevado	Realização de uma ação de formação anual para a generalidade dos colaboradores em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários, os modelos de gestão e serviço público, a modernização administrativa entre outras
	Parcialidade ou favorecimento na apreciação de processos				Declaração de inexistência de interesses. Nos casos de incompatibilidade, exigência da entrega da respetiva declaração de impedimento, que deverá ser expressa e sob a forma escrita, apenas ao processo em causa
	Utilização incorreta dos critérios de urgência				Obrigatoriedade de apresentação prévia de pedido fundamentado instruído, por parte dos técnicos ou dirigentes, que pretendam acumular funções que possam conflitar com o exercício das suas funções públicas
	Não disponibilização de informação útil em tempo oportuno				Implementação de regras de rotatividade na distribuição de processos, de forma aleatória, de acordo com o Sistema de Processo de Obras
	Utilização de equipamentos e bens públicos para benefício próprio				Nomeação de um gestor do procedimento e identificação do respetivo contacto, dentro dos serviços
Planeamento e Ordenamento do Território Planos de urbanização e de pormenor ou de outros estudos urbanísticos, ainda que elaborados por entidades externas Pareceres prévios ou informações internas sobre operações urbanísticas, em áreas abrangidas por instrumentos de gestão territorial que se encontrem em elaboração ou no âmbito das previsões do PDM em vigor	Falta de normalização de formulários	Média	Alto	Elevado	Disponibilização online de formulários normalizados, bem como todos os processos de forma a serem consultados pelos requerentes/ interessados Definir como critérios de prioridade no tratamento dos processos, o cumprimento dos prazos legais e dos prazos estipulados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade Distribuição dos processos de maior complexidade e/ou dimensão a mais do que um técnico para prestação de informação conjunta
Informação Geográfica, Topografia e Cadastro Sistema de Informação Geográfica de Valongo Tratamento cartográfico do PDM em suporte digital, associado a um sistema de eixos de vias codificadas e à Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI) Implementar um Sistema de Informação Urbana	Ausência de informação atualizada sobre os instrumentos de gestão territorial em vigor ou em fase de elaboração para o espaço geográfico do município	Média	Alto	Elevado	Desenvolvimento do projeto SIG Valongo, com acesso externo através da página da Câmara Municipal na internet, permitindo a acessibilidade da informação ao cidadão
Informação Geográfica, Topografia e Cadastro Transposição para a base cartográfica municipal, dos limites e implantação de todas as obras de edificação e urbanização tituladas por alvará de licença/comunicação prévia ou autorização de utilização Serviço de indicação e verificação no local, dos pedidos de fornecimento de alinhamentos e cotas de soleira das obras de edificação no âmbito do RJUE Serviço de controlo toponímico do município, bem como a gestão da atribuição de números de polícia e assegurar a atualização do roteiro toponímico do concelho	Erros na transposição de dados para a base cartográfica, em formato analógico Erro na verificação e fornecimento de alinhamentos e cotas de soleira e atribuição de números de polícia	Média	Alto	Elevado	Integrar a ligação da plataforma SPO com o SIG Valongo Verificação do cumprimento da I.T. e do processo de cartografia, aprovados no âmbito do SGQ, através de auditoria interna, de periodicidade semestral

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: Departamento de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente

Responsável pela Implementação do PPR: António Manuel Leite Ramalho

Funções / Fase processual	Riscos	Análise e classificação do risco			Medidas preventivas / corretivas
		PO – (probabilidade de ocorrência)	IP – (Impacto previsível)	GR – Graduação / nível do risco (decorre da conjugação das duas anteriores)	
Proteção da Natureza Pareceres relativos a projetos com eventuais implicações ambientais e analisar e propor a realização de estudos de impacto ambiental Promover, gerir, dinamizar, por iniciativa própria ou em cooperação com outras entidades, o ambiente, a geo e biodiversidade, a paisagem, a qualidade de vida da população, as energias renováveis, a eficiência energética, incluindo a realização de ações de formação ou sensibilização, motivando para a proteção da natureza Licença Especial de ruído Atribuição de Hortas Biológicas Visitas interpretativas	Existência de conflitos de interesses ou impedimentos, em virtude de acumulação de funções privadas não autorizadas ou a não declaração do impedimento Parcialidade ou favorecimento na apreciação de processos Não disponibilização de informação útil em tempo oportuno Discrecionalidade na escolha dos parceiros Discrecionalidade na resposta a pedidos de licenças, talhões de hortas, visitas e outras atividades	Média	Alto	Elevado	Exigência de, nas situações de incompatibilidade, ser apensa ao processo em causa, declaração de impedimento devidamente fundamentada e sob a forma escrita Obrigatoriedade de apresentação prévia de pedido fundamentado instruído, por parte dos técnicos ou dirigentes, que pretendam acumular funções que possam conflitar com o exercício das suas funções públicas Realização de uma ação de formação anual para a generalidade dos colaboradores em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários, os modelos de gestão e serviço público, a modernização administrativa entre outras Elaboração de normas ou regulamentos que definam critérios para a normalização dos procedimentos Definição e publicação dos critérios de deferimento e de estabelecimento de prioridades, em regulamento (quando aplicável), site da CMV e portal do Ambiente. Elaboração de IT e/ou procedimento interno e respetiva aprovação do âmbito do SGQ Integração de um elemento no júri diferente do serviço proponente; maior rigor na elaboração das cláusulas técnicas do caderno de encargos e na definição de penalizações e forma da sua aplicação Plano de monitorização da execução das prestações de serviços, a realizar, ocasionalmente, por técnicos diferentes do responsável habitual
Controlo Ambiental e Gestão Florestal Projetos com eventuais implicações ambientais, pedidos relacionados com a ocupação das áreas de floresta e de abate de árvores Ações de caracterização e monitorização do ruído e gestão ativa dos Mapas de Ruído do concelho Execução de medidas que visem a melhoria da qualidade do ar. Prevenção da Poluição das águas de águas das nascentes e rios, das áreas verdes e outras. Ações de reabilitação da rede hidrográfica do território municipal	Existência de conflitos de interesses ou impedimentos, em virtude de acumulação de funções privadas não autorizadas ou a não declaração do impedimento Parcialidade ou favorecimento na apreciação de processos Não disponibilização de informação útil em tempo oportuno Utilização de equipamentos e bens públicos para benefício próprio Favorecimento no procedimento de aquisição de serviços	Média	Alto	Elevado	Realização de uma ação de formação anual para a generalidade dos colaboradores em áreas como a ética, a deontologia, os direitos e deveres dos funcionários, os modelos de gestão e serviço público, a modernização administrativa entre outras Exigência de, nas situações de incompatibilidade, ser apensa ao processo em causa, declaração de impedimento devidamente fundamentada e sob a forma escrita
Planeamento Territorial Apoiar o processo de aplicação do Plano Diretor Municipal (PDM)	Conflito de interesses, incompatibilidades ou impedimentos	Média	Alto	Elevado	Exigência de que, nas situações de incompatibilidade, seja expressa declaração de impedimento, fundamentada e sob a forma escrita, no processo em causa Promover a participação cidadã

Matriz de identificação e análise de risco e das correspondentes medidas preventivas

Unidade Orgânica: Departamento de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente
Responsável pela Implementação do PPR: António Manuel Leite Ramalho

[illegible]

Unidade Orgânica: Executivo

Responsável pela Implementação do PPR: José Manuel Pereira Ribeiro

[illegible]

[illegible]

[illegible]